



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Setor de Compras

AVISO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 076/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3509700.406.00023586/2026-17

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS, DA SECRETARIA DE ESPORTE, em conformidade com os detalhes contidos no Termo de Referência (Anexo II deste Aviso) e demais documentos informativos, acostados no Processo Administrativo n.º 3509700.406.00023586/2026-17.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor Total Por Item.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 14.669,98(Quatorze mil, Seiscentos e Sessenta e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos)

PERÍODO DE PROPOSTA

Até 31/08/2026 – 07H59

PERÍODO DE LANCES

De 31/08/2026 – 08H00

Até 31/08/2026 – 14H00

Torna-se público que a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Campos do Jordão, por meio da **Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude**, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

Plataforma de Realização da Licitação - Link: www.licitacaocamposdojordao.com.br

Data da sessão: **31/08/2026**

Horário da Fase de Lances/Tempo de duração: 08:00h até as 14:00h.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de **MATERIAIS ELÉTRICOS E ACESSÓRIOS DESTINADOS A INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS, DA SECRETARIA DE ESPORTE**, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **Menor Valor Total Por Item**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante a utilização do Sistema BRCONNECTADO, disponível no endereço eletrônico www.licitacaocamposdojordao.com.br, sendo o procedimento também divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no site oficial do município <https://camposdojordao.sp.gov.br/licitacoes/>

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta licitação os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam as condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s).

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.2.3. Que se enquadrem nas vedações do art. 14 da Lei 14.133/2021.

2.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.2.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do Contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o Parágrafo 1º do Artigo 9º da Lei n.º 14.133/2021.

2.3. Será permitido a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei n.º 14.133/2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema BRCONNECTADO, a proposta com a descrição do objeto ofertado e a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e horário estabelecidos para fim de recebimento de propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta dispensa de eletrônica.

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor.

3.5. A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços e/ou a entrega do material nos seus termos, bem como, no caso de serviços, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. No cadastramento da Proposta inicial, o fornecedor deverá, também, vincular os documentos de habilitação (quando solicitado) e assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, que atende as seguintes declarações:

3.6.1. Declaração que inexistente fato impeditivo de contratar com a Administração Pública.

3.6.2. Declaração de enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, quando couber.

3.6.3. Declaração de pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes no procedimento.

3.6.4. Declaração de responsabilidade pelas transações efetuadas no Sistema.

3.6.5. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber.

3.6.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/2021.

3.7. Quando houver variação mínima entre lances, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme caso).

3.7.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.7.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

3.7.2. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **Valor Total Unitário** do objeto.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,05 (Cinco Centavos)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação, momento em que serão

solicitados os documentos de habilitação das empresas vencedoras das fases de lances.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

5.3. Estando compatível, será solicitado do vencedor da etapa de lances o envio, no prazo de até 02 (duas) horas da solicitação, dos documentos de habilitação e da proposta readequada ao último lance ofertado e, se necessário, de documentos complementares.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis.

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas do objeto pormenorizadas neste aviso e em seus anexos.

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo estimado definido pela contratação.

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.8. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

5.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observando o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação do vencedor da disputa de lances, os quais devem ser encaminhados no prazo de até 02 (duas) horas da solicitação, juntamente com a proposta equalizada, constam do Anexo I – Documentos de Habilitação, deste Aviso.

6.1.1. É dever do fornecedor atualizar previamente os documentos para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.1.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor.

6.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso.

6.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante a justificativa do adjudicatário e aceite pela Autoridade Competente.

7.3. Na assinatura do contrato, quando o caso, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência contratual.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/21:

a) Advertência;

b) Multa de 5% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor/contratado;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição da penalidade mais grave.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no site <https://www.licitacaocamposdojordao.com.br/>, no site oficial DESTA Prefeitura Municipal, e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá republicar o presente avio com uma nova data.

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso, deverá ser atendido o prazo indicado pela Agente de Contratação ou Autoridade Competente na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Agente de Contratação ou de sua desconexão.

9.5. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.6. No julgamento das propostas, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 12, III e art. 64, da Lei 14.133/2021.

9.7. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Documentação Exigida para Habilitação

Anexo II – Termo de Referência

Campos do Jordão, 25 de Agosto de 2026.

RAFAEL NASCIMENTO DA SILVA
Secretário Adjunto da Subsecretaria de Lazer e Juventude

ANEXO I
DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 076/2026
PROCESSO N.º 3509700.406.00023586/2026-17

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo licitante são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1. Habilitação jurídica

1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.2.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

1.2.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2.3. prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Municipal (Tributos Mobiliários), Estadual (Dívida Ativa do Estado) e Nacional.** A prova de regularidade perante a **Fazenda Nacional,** deverá ser mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

1.2.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.5. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.2.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.7. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.7.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.3 Habilitação econômico-financeira:

1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

1.4 COMPROVAÇÕES QUALIFICAÇÃO TÉCNICAS OPERACIONAL:

1.4.1. Atestado (s) de Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante teve ou está tendo um bom desempenho na execução dos serviços;

ANEXO II

DISPENSA ELETRÔNICA N.º 076/2026

PROCESSO N.º 3509700.406.00023586/2026-17

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de materiais para implantação de sistemas de iluminação nas quadras de tênis municipais, localizadas nas dependências da Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude, situada na Rua Joaquim Corrêa Cintra, nº 320 – Vila Paulista, e na quadra localizada no Bairro da Campista (Chácara Arco-Íris), visando ampliar a utilização dos espaços, garantir melhores condições de segurança e possibilitar a realização das atividades esportivas também no período noturno.

2. JUSTIFICATIVA

Atualmente, as quadras de tênis não possuem iluminação, o que limita sua utilização aos períodos com luz natural e prejudica a continuidade das aulas e treinamentos, principalmente durante o inverno, quando o período de luminosidade é reduzido. A falta de iluminação também

restringe o acesso da população aos espaços esportivos fora dos horários das atividades programadas.

Destaca-se ainda a quadra localizada no Bairro da Campista, cuja ausência de iluminação dificulta a utilização pelos moradores no período noturno e compromete a segurança das pessoas que permanecem ou circulam pelo local, devido à baixa visibilidade.

Com a instalação de sistema de iluminação será possível ampliar o período de utilização das quadras, garantir melhores condições de segurança aos usuários, possibilitar a continuidade das atividades esportivas e promover maior aproveitamento dos espaços públicos pela comunidade, atendendo ao interesse público e contribuindo para o incentivo à prática esportiva no Município.

Item	Descrição	Und.	Qtd.
01	Cabo PP 3 x 2,5 mm² Cabo elétrico flexível tipo PP, composto por 3 condutores de cobre, seção nominal de 2,5 mm ² cada, isolamento em PVC, tensão de isolamento compatível com instalações elétricas de baixa tensão, cobertura externa em PVC, flexível, resistente à abrasão e adequado para instalações elétricas aparentes e equipamentos. Produto conforme normas técnicas aplicáveis da ABNT.	Metro	310
02	Cabo PP 3 x 6,0 mm² Cabo elétrico flexível tipo PP, composto por 3 condutores de cobre, seção nominal de 6,0 mm ² cada, isolamento e cobertura em PVC, tensão de isolamento compatível com instalações elétricas de baixa tensão, flexível, resistente à abrasão e adequado para alimentação de equipamentos e instalações elétricas. Produto conforme normas técnicas aplicáveis da ABNT.	Metro	18
03	Refletor LED 300 W Refletor LED para iluminação externa, potência nominal mínima de 300 W, tensão compatível com 220 V, luz branca fria, temperatura de cor aproximada de 6.500 K, alto fluxo luminoso, corpo em alumínio, lente em vidro ou material de alta resistência, com suporte para fixação e grau de proteção mínimo IP66, resistente à poeira e à ação de água. Vida útil mínima de 25.000 horas.	Und	42
04	Fita isolante 3M 33 – 20 m Fita isolante elétrica de PVC, para uso profissional, comprimento mínimo de 20 metros, largura aproximada de 19 mm, espessura adequada para isolamento elétrico, flexível, com boa resistência à umidade, abrasão e variações de temperatura, destinada ao isolamento e proteção de emendas e condutores elétricos.	Und	3
05	Fita isolante de alto-fusão – 10 m Fita isolante elétrica de autofusão/alto-fusão, comprimento mínimo de 10 metros, largura aproximada de 19 mm, material elastomérico, sem adesivo convencional, destinada à vedação, isolamento e proteção de emendas e conexões elétricas, resistente à umidade e intempéries, adequada para instalações elétricas de baixa tensão.	Und	3

06	Caixa de passagem em alumínio 15 x 15 cm Caixa de passagem elétrica em alumínio, dimensões aproximadas de 15 x 15 cm, com tampa removível e sistema adequado para fixação, resistente à corrosão e às intempéries, destinada à passagem, derivação e acomodação de condutores elétricos. Grau de proteção compatível com o local de instalação.	Und	1
07	Mini disjuntor bipolar 25 A Disjuntor termomagnético bipolar, corrente nominal de 25 A, para proteção contra sobrecarga e curto-circuito em instalações elétricas de baixa tensão, tensão nominal compatível com 220/380 V, curva de disparo adequada para circuitos de uso geral, capacidade de interrupção mínima compatível com as normas técnicas aplicáveis e instalação em trilho DIN.	Und	4
08	Mini disjuntor bipolar 32 A Disjuntor termomagnético bipolar, corrente nominal de 32 A, para proteção contra sobrecarga e curto-circuito em instalações elétricas de baixa tensão, tensão nominal compatível com 220/380 V, curva de disparo adequada para circuitos de uso geral, capacidade de interrupção mínima compatível com as normas técnicas aplicáveis e instalação em trilho DIN.	Und	1
09	Mini disjuntor bipolar 50 A Disjuntor termomagnético bipolar, corrente nominal de 50 A, para proteção contra sobrecarga e curto-circuito em instalações elétricas de baixa tensão, tensão nominal compatível com 220/380 V, curva de disparo adequada para circuitos de uso geral, capacidade de interrupção mínima compatível com as normas técnicas aplicáveis e instalação em trilho DIN.	Und	1
10	Quadro de distribuição de sobrepor – 18 módulos Quadro de distribuição elétrica para sobrepor, capacidade mínima para 18 módulos/disjuntores padrão DIN, fabricado em material isolante de alta resistência ou equivalente, com tampa frontal, barramentos compatíveis, espaço para organização dos condutores, grau de proteção adequado para instalações internas e possibilidade de fixação em parede.	Und	2
11	Parafuso Chipboard CH 4,5 x 50 mm Parafuso tipo Chipboard, cabeça chata ou equivalente, diâmetro de 4,5 mm e comprimento de 50 mm, fabricado em aço, com acabamento resistente à corrosão, rosca adequada para fixação em madeira, MDF, aglomerado e materiais similares, compatível com bucha de fixação correspondente.	Und	8
12	Bucha de fixação nº 08 Bucha de fixação de nylon ou material plástico de resistência equivalente, tamanho 8 mm, para utilização em alvenaria e concreto, destinada à fixação de parafusos, com capacidade de expansão adequada para garantir firmeza e segurança na instalação.	Und	8

13	Tubo extrudado 3/4" Azul Tubo eletroduto rígido, diâmetro nominal de 3/4 de polegada, fabricado em material isolante de alta resistência, com acabamento interno que permita a passagem dos condutores sem danos, resistente à umidade, impactos e variações de temperatura, destinado à proteção e condução de cabos e fios em instalações elétricas. Produto conforme normas técnicas aplicáveis.	Metro	200
----	--	-------	-----

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Nascimento da Silva, Secretario Adjunto da Subsecretaria de Lazer e Juventude**, em 26/08/2026, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sjcampos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1501616** e o código CRC **BE9F74B1**.

Referência: Processo nº 3509700.406.00023586/2026-17

SEI nº 1501616